

## APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS TEMÁTICOS

---

Com o lançamento deste número da Revista *Psicologia em Estudo* queremos divulgar análises que percorreram o “II Colóquio Internacional Michel Foucault: a judicialização da vida”, ocorrido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 5 de julho de 2013, organizado por três programas de Pós-Graduação: Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), Psicologia (UFF) e Filosofia (UFRJ). Os debates aconteceram a partir de narrativas de experiências acadêmicas articuladoras dos campos conceitual e empírico, apresentadas por pesquisadores brasileiros, franceses e argentinos, possibilitando, desse modo, trocas entre diferentes grupos de pesquisa e a participação assídua da grande audiência que acompanhou os três dias de trabalho, composta por estudantes, profissionais e pesquisadores. Os vídeos das conferências e dos debates podem ser acessados em: [www.foucaultjudicializacao.com.br](http://www.foucaultjudicializacao.com.br).

Tal evento teve um caráter de continuidade das inquietações e propostas presente desde a sua primeira edição, no “I Colóquio Internacional Michel Foucault: a judicialização da vida”, realizado em 2011 pelos mesmos organizadores. Assim sendo, nos dedicamos a retomar as discussões empreendidas naquela ocasião, aprofundar as articulações já cultivadas, construir outras e ampliar as redes de pesquisa em torno da temática da judicialização. Com este propósito os textos aqui apresentados são assinados por conferencistas e debatedores do II Colóquio.

A temática em questão, longe de esgotar-se, tem visto crescer a sua atualidade, com a sofisticação dos instrumentos próprios ao Estado de direito, sustentados na prática jurídica e na lógica penal. A demanda por punição e o espírito de vingança ampliam-se a cada vivência definida como conflito. A própria vida passa a ser contada como uma sucessão de conflitos a enfrentar ou a evitar. A normalização como racionalidade se essencializa, tornando estranhos, e sobretudo condenáveis, os movimentos disruptivos. Os campos de relações de trabalho, práticas pedagógicas, assistência social, resistência, biomedicina, movimentos urbanos, construção de arquivos nos estabelecimento prestadores de serviços e na chamada área de garantia de direitos são domínios abordados pelos textos aqui reunidos. Em conjunto, nos permitem colocar em análise o modo como a organização do pensamento político instituído se sustenta no binômio culpado-vítima.

Com Foucault aprendemos que desde o século XIX o “... controle penal punitivo dos indivíduos ao nível de suas virtualidades não pode ser efetuado pela própria justiça, mas por uma série de outros poderes laterais...” (Foucault, 1973/2008, p. 86), como, por exemplo, aqueles que a universidade tem se dedicado a preparar. Nada melhor do que pensar a judicialização da vida no espaço acadêmico! A intensificação da fragmentação disciplinar, a excelência das especializações e subespecializações, em um movimento infinito, têm redundado na sofisticação dos graus de controle, demandados por uma lógica judicializante que acredita ser a prova do crime não só o melhor, mas o único meio para mudar as relações tanto em sua dimensão estrutural, quanto em sua expressão interpessoal. Em uníssono os trabalhos mostram uma preocupação coletiva com o distanciamento e a desconfiança que a lógica penal imprime às relações. O medo toma o lugar do afeto; a busca individual para escapar das ações jurídicas ultrapassa a confiança no coletivo. A judicialização é mais uma mecânica de individualização das relações, malgrado os discursos de participação e de solidariedade tão em voga. A lógica judicializante opera contra alguém e não com alguém.

Os colóquios que temos realizado constituem um grito pelo coletivo: a sua organização se dá entre professores de diversas universidades que articulam as suas propostas, as suas equipes e os seus recursos; o modo como funcionamos durante o colóquio se apóia no grupo, já que não há controle de entrada; a organização se dá de acordo com os recursos públicos disponíveis, sem custos para os participantes, o que significa contar com a colaboração de alguns dos presentes; o compartilhamento do colóquio em rede e agora a publicação de alguns dos trabalhos são também apostas no alargamento do diálogo e na construção de laços de afeto na produção acadêmica. No compasso de um convite permanente para pensarmos juntos na provocação que nos deixa Foucault sobre “o que fazemos de nós mesmos”, mais uma porta se abre com esta edição. Sejam bem-vindos!

#### REFERÊNCIA

Foucault, M. (2008) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU/PUC-Rio. (Original publicado em 1973).

Maria Lívia do Nascimento  
*E-mail:* mlivianascimento@gmail.com

Estela Scheinvar  
*E-mail:* estelascheinvar@gmail.com